

R. hoje.

Cls.

1. Defiro o pedido da parte exequente, para determinar a intimação da (s) parte(s) executada(s) para efetuar o pagamento no prazo de quinze dias, na forma do artigo 523, *caput*, do CPC, da quantia certa determinada na condenação e já liquidada na forma do cálculo apresentado pela parte exequente, ao qual alude o artigo 524 do CPC, totalizando a quantia de **R\$ 10.310,70 (dez mil trezentos e dez reais e setenta centavos)**.

2. Não efetuado o pagamento voluntário, determino o acréscimo da multa de dez por cento sobre o valor em execução, prevista no art. 523, §1º, primeira parte, do CPC para deferir o pedido da parte requerente sobre indisponibilidade de ativos em desfavor da parte ré, pelo que determino às instituições financeiras, por meio do sistema eletrônico gerido pela autoridade supervisora do sistema financeiro nacional, o BACENJUD, a indisponibilidade de ativos existentes de titularidade da (s) parte (s) executada (s), limitando-se a indisponibilidade ao valor indicado na presente execução, e o faço em consonância com o artigo 854 do CPC.

3. Intime-se a (s) parte (s) executada (s) após a realização da indisponibilidade, pessoalmente ou através de patrono constituído nos autos, se tiver (art. 854, §2º, CPC), para que possa se manifestar, eventualmente, em cinco dias, fazendo a comprovação a que alude o §3º do art. 854 do CPC.

4. Caso transcorrido o prazo de cinco dias sem que haja manifestação da parte, ou se a mesma houver sido apresentada e rejeitada, ficará convertida a indisponibilidade em penhora, ficando determinado, nesta hipótese, à instituição financeira, via BACENJUD, para que proceda à transferência do numerário indisponível, em vinte e quatro horas, para uma conta vinculada a este Juízo (art. 854, §5º, CPC). Após, intime-se a executada da penhora para que possa oferecer embargos à execução, no prazo de quinze dias.

5. Certifique-se a tempestividade das manifestações eventualmente apresentadas e intime-se em seguida a parte exequente para se manifestar, conforme o caso, em cinco ou quinze dias.

6. No silêncio da parte executada, fica determinada desde já a expedição de alvará e o arquivamento dos autos após oposição do respectivo termo de quitação, se for o caso desta.

7. Caso infrutífera a tentativa no BACENJUD, esta só será repetida após a informação pelo exequente de novos elementos justificadores da nova tentativa.

8. Determino também a pesquisa de veículos de titularidade da (s) parte (s) executada (s) e de cadastro de restrição de alienação junto ao sistema RENAJUD, **caso reste infrutífera e/ou insuficiente a penhora em dinheiro pelo BACENJUD.**

9. Junte-se aos autos a certidão de existência do (s) veículo (s) eventualmente encontrados e lavre-se o termo de penhora.

10. Após, intime-se a executada da penhora para que possa oferecer embargos à execução, no prazo de quinze dias, sem prejuízo da expedição de mandado de avaliação e remoção no endereço a ser indicado pelo exequente ou executado.

11. Certifique-se a tempestividade das manifestações eventualmente apresentadas e intime-se em seguida a parte exequente para se manifestar, conforme o caso, em cinco ou quinze dias.

12. Outrossim, e sucessivamente, determino a pesquisa de bens imóveis e outras rendas de titularidade da parte executada junto ao sistema INFOJUD, após o que fica determinada a expedição de ofício ao respectivo cartório de registro de imóveis para fornecimento da certidão da respectiva matrícula. Após juntada a certidão, proceda-se à lavratura de termo de penhora nos autos, nos termos do art. 845, §1º, do CPC.

13. Após, intime-se a executada da penhora para que possa oferecer embargos à execução, no prazo de quinze dias.

14. Certifique-se a tempestividade das manifestações eventualmente apresentadas e intime-se em seguida a parte exequente para se manifestar, conforme o caso, em cinco ou quinze dias.

15. Por derradeiro, determino a expedição de mandado de penhora, avaliação e remoção de bens móveis no endereço da parte executada constante dos autos, até o limite do valor em execução, intimando-se a executada da penhora para que possa oferecer embargos à execução, no prazo de quinze dias.

16. Certifique-se a tempestividade das manifestações eventualmente apresentadas e intime-se em seguida a parte exequente para se manifestar, conforme o caso, em cinco ou quinze dias.

17. Após esgotadas tais diligências sem sucesso, voltem-me os autos conclusos.

18. Acaso a parte executada seja revel, os prazos contarão independente de intimação, a partir da publicação dos atos decisórios, nos termos do art. 346, CPC.

Cumpra-se.

TERESINA-PI , 06 de julho de 2020.

Assinatura Eletrônica

CELSON BARROS COELHO FILHO
Juiz de Direito



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO ÚNICO JEC DA COMARCA DE TERESINA/PI

PROCESSO: 00107589620198180001

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ANA LUCIA BARBOSA GUIMARAES CAMPOS**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., **requerer a juntada do Comprovante de Pagamento da liquidação.**

Frisa-se que o pagamento ocorreu de modo espontâneo, ou seja, antes da intimação nos termos do art. 523, CPC, em 04-07-2020, em dois depósitos, conforme cálculos e comprovantes

em	anexo,	no	valor	total	de	R\$	10.447,16.
-----------	---------------	-----------	--------------	--------------	-----------	------------	-------------------

Assim, pugna a ré pela intimação da parte autora nos termos do art. 526, §1º, NCPC, havendo extinção com a concordância expressa ou em sendo ultrapassado o prazo de 05 dias sem manifestação, deverá ser extinta a execução nos termos do art. 526, §3º c/c 924, II, NCPC.

Por fim, que seja observado exclusivamente o nome do advogado **HERISON HELDER PORTELA PINTO** 5367/PI, para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.

Termos em que,

Pede Juntada.

TERESINA, 13 de julho de 2020.

João Barbosa
OAB/PI 10201

EDNAN SOARES COUTINHO
1841 - OAB/PI

Cálculo de atualização monetária

[Voltar](#) [Versão para Impressão](#)

Dados básicos informados para cálculo	
Descrição do cálculo	RETROAGIMOS OS CALCULOS EM 2 MESES - invalidez
Valor Nominal	R\$ 7.087,50
Indexador e metodologia de cálculo	JF-Condênatórias em Geral (Res.267/2013) - Calculado pelo critério mês cheio.
Período da correção	Novembro/2018 a Maio/2020
Taxa de juros (%)	1 % a.m. simples
Período dos juros	29/1/2019 a 1/7/2020
Honorários (%)	15 %


Dados calculados		
Fator de correção do período	547 dias	1,049229
Percentual correspondente	547 dias	4,922863 %
Valor corrigido para 1/5/2020	(=)	R\$ 7.436,41
Juros(519 dias-18,00000%)	(+)	R\$ 1.338,55
Sub Total	(=)	R\$ 8.774,96
Honorários (15%)	(+)	R\$ 1.316,24
Valor total	(=)	R\$ 10.091,20

Cálculo de atualização monetária

[Voltar](#) [Versão para Impressão](#)

Dados básicos informados para cálculo	
Descrição do cálculo	RETROAGIMOS OS CALCULOS EM 2 MESES - dams
Valor Nominal	R\$ 250,00
Indexador e metodologia de cálculo	JF-Condênatórias em Geral (Res.267/2013) - Calculado pelo critério mês cheio.
Período da correção	Novembro/2018 a Maio/2020
Taxa de juros (%)	1 % a.m. simples
Período dos juros	29/1/2019 a 1/7/2020
Honorários (%)	15 %


Dados calculados		
Fator de correção do período	547 dias	1,049229
Percentual correspondente	547 dias	4,922863 %
Valor corrigido para 1/5/2020	(=)	R\$ 262,31
Juros(519 dias-18,00000%)	(+)	R\$ 47,22
Sub Total	(=)	R\$ 309,53
Honorários (15%)	(+)	R\$ 46,43
Valor total	(=)	R\$ 355,96

 Banco do Brasil

Nº DA CONTA JUDICIAL

3100103937071

Nº DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO		AGÊNCIA (PREF / DV)		TIPO DE JUSTIÇA	
0		04/07/2020		3791		ESTADUAL	
DATA DA GUIA		Nº DA GUIA		Nº DO PROCESSO		TRIBUNAL	
03/07/2020		2564191		00107589620198180001		TRIBUNAL DE JUSTICA	
COMARCA		ORGÃO/VARA		DEPOSITANTE		VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
TERESINA		JUIZ.ESP.CIVEL/CRIM.UESPI		RÉU		10091,20	
NOME DO RÉU/IMPETRADO				TIPO DE PESSOA		CPF / CNPJ	
				Juridico			
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE				TIPO DE PESSOA		CPF / CNPJ	
ANA LUCIA BARBOSA GUIMARAES CAMPOS				Fisica		45389640349	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA							
25E205664B52A6C7							
CÓDIGO DE BARRAS							

 Banco do Brasil

Nº DA CONTA JUDICIAL

3100103937069

Nº DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO		AGÊNCIA (PREF / DV)		TIPO DE JUSTIÇA	
0		04/07/2020		3791		ESTADUAL	
DATA DA GUIA		Nº DA GUIA		Nº DO PROCESSO		TRIBUNAL	
03/07/2020		2564191		00107589620198180001		TRIBUNAL DE JUSTICA	
COMARCA		ORGÃO/VARA		DEPOSITANTE		VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
TERESINA		JUIZ.ESP.CIVEL/CRIM.UESPI		RÉU		355,96	
NOME DO RÉU/IMPETRADO				TIPO DE PESSOA		CPF / CNPJ	
				Juridico			
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE				TIPO DE PESSOA		CPF / CNPJ	
ANA LUCIA BARBOSA GUIMARAES CAMPOS				Fisica		45389640349	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA							
E6973AB67750D824							
CÓDIGO DE BARRAS							



**MOURA &
FONSECA**
Advogados Associados

*Chrystianne Moura Fonseca
Anderson Soares
Ricardo Aragão
Caíque Moura
Rone Muniz
Samia Fonseca*

*Marconi Fonseca
Jason Cintra
José de Ribamar Nunes
Lucas Picolli
Vitor Saraiva
Hévila Chaves*

**AO DOUTO JUÍZO DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E
CRIMINAL DA COMARCA DE TERESINA-PI.**

ANA LUCIA BARBOSA GUIMARÃES CAMPOS, já qualificada nos autos, por intermédio de seus advogados legalmente constituídos, vem, respeitosamente, à íncita presença de Vossa Excelência, tendo em vista que a executada realizou o pagamento voluntário da execução, informar que concorda com os valores depositados (evento nº 63). **Dessa forma, requer a expedição do competente alvará judicial** autorizando o levantamento do valor depositado em favor da requerente.

Outrossim, informa-se os seguintes dados bancários para transferência dos valores:

Banco do Brasil
Marconi dos Santos Fonseca
CPF 481.737.543-49
Agência: 4708-2
Conta Corrente: 201422-0

Nestes Termos,
Pede Deferimento.
Teresina-PI, 13 de julho de 2020.

MARCONI DOS SANTOS FONSECA
OAB/PI 6.364

CAÍQUE PINHEIRO DE MOURA
OAB/PI 13.800



PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PIAUÍ
IV JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL ZONA NORTE 1/PIRAJÁ
Rua Ceará S/N, Pirajá – CEP-64.000-030-Teresina-PI.

Alvará Judicial Para Levantamento de Valor

CELSO BARROS COELHO FILHO, Juiz de Direito do
Juizado Especial Cível e Criminal Zona Norte
1/PIRAJÁ, Teresina, Estado do Piauí, por
nomeação legal, etc...

PROCESSO Nº 0010758-96.2019.818.0001

Pelo presente **ALVARÁ JUDICIAL**, estando devidamente assinado, atendendo ao que lhe foi requerido por **MARCONI DOS SANTOS FONSECA**, advogado, OAB/PI nº 6364, **AUTORIZA e DETERMINA**, que o BANCO DO BRASIL S/A, Agência: 3791-5, **proceda a transferência do valor depositado** na **CONTA JUDICIAL nº 3100103937071 e 3100103937069**, para a seguinte BANCO DO BRASIL, AGENCIA: 4708-2, CONTA: 201422-0, em nome de **MARCONI DOS SANTOS FONSECA**, portador do CPF nº 481.737.543-49, a importância de **R\$10.447,16** (Dez mil quatrocentos e quarenta e sete reais e dezesseis centavos), seus acréscimos legais, nos autos em que figura como promovente ANA LUCIA BARBOSA GUIMARAES CAMPOS e como promovido SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Teresina, Capital do Estado do Piauí, aos dezesseis (16) dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte (2020). Eu, Jacinta Linhares de Azevedo, Diretora de Secretaria, o digitei, indo devidamente assinado pelo MM.Juiz.

Dr. CELSO BARROS COELHO FILHO
- Juiz de Direito-

CELSO BARROS
COELHO FILHO

Assinado de forma digital por
CELSO BARROS COELHO FILHO
DN: c=BR, st=PI, l=TERESINA,
cn=CELSO BARROS COELHO FILHO,
email=CELSOB.FILHO@TJPI.JUS.BR
Dados: 2020.07.16 10:39:12 -03'00'